



# Entre a redistribuição e o reconhecimento: um debate contemporâneo

Letícia Bachani Tarifa (bolsista PIBIC/CNPq) e Prof. Dr. Josué Pereira da Silva (orientador)  
ltarifa@gmail.com

Universidade Estadual de Campinas - Unicamp  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH  
Agência Financiadora: PIBIC/CNPq

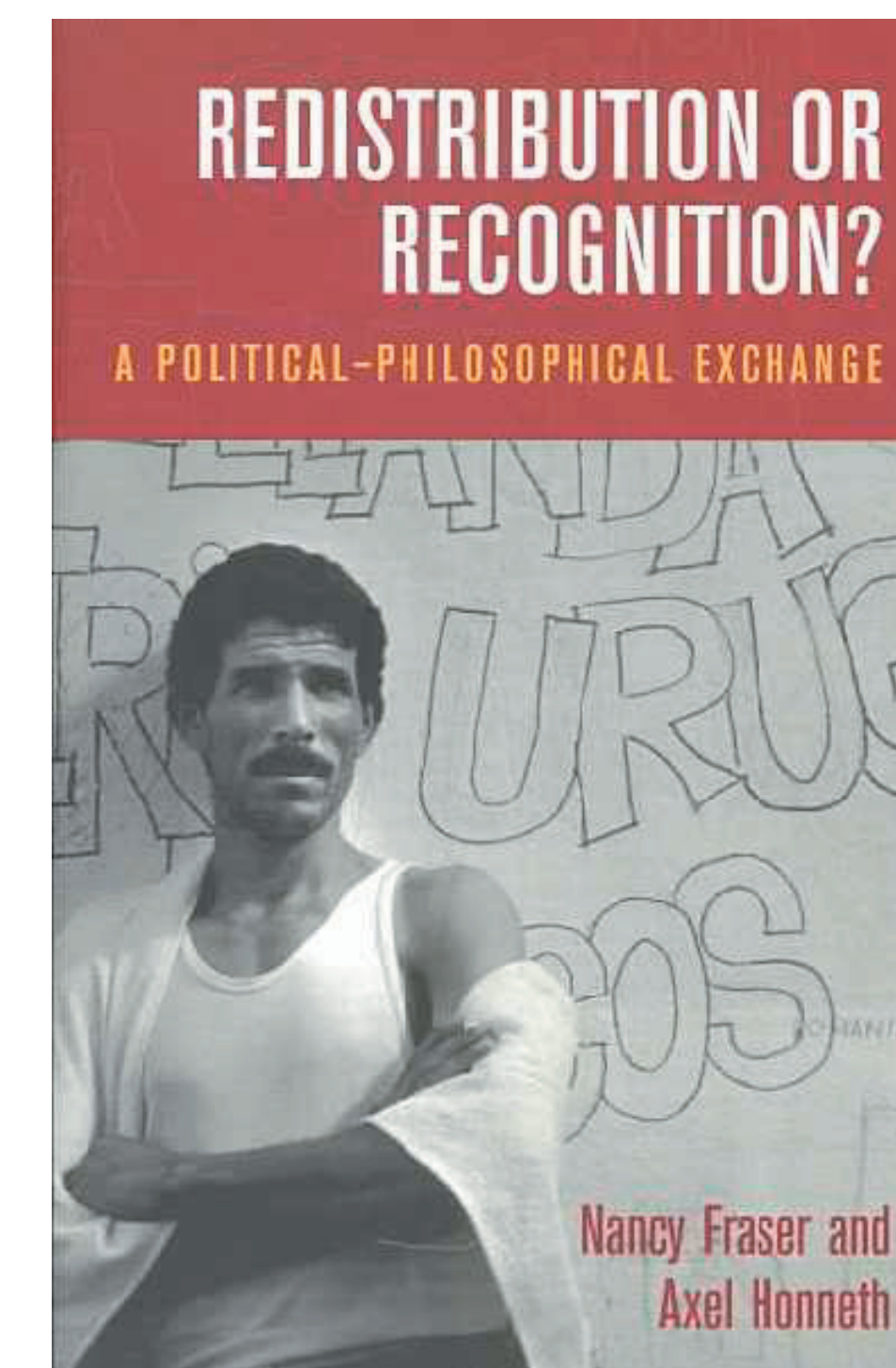
**Palavras-Chave:** Reconhecimento – Redistribuição – Axel Honneth – Nancy Fraser – Teoria Social Contemporânea

## Introdução:

No período do pós Segunda Guerra Mundial, o termo “redistribuição” era muito utilizado para analisar as demandas por justiça distributiva vindas de trabalhadores e das camadas mais pobres da sociedade. Os diversos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970 - entre eles os movimentos anti-racista, feminista, homossexual, ecológico - trouxeram para a agenda das lutas sociais contemporâneas reivindicações de caráter cultural, que colocam os temas da identidade e da diferença no centro do debate político e de justiça social. É nesse contexto que as reivindicações de natureza sócio-econômica são deslocadas em favor das de natureza cultural. Considerando esse aspecto de luta por reconhecimento, porém sem se esquecer da importância que a desigualdade econômica possui dentro da estrutura de justiça, Axel Honneth e Nancy Fraser são dois dos principais autores que se propõem a trabalhar tal conceito de forma sistemática e aprofundada.

## Metodologia:

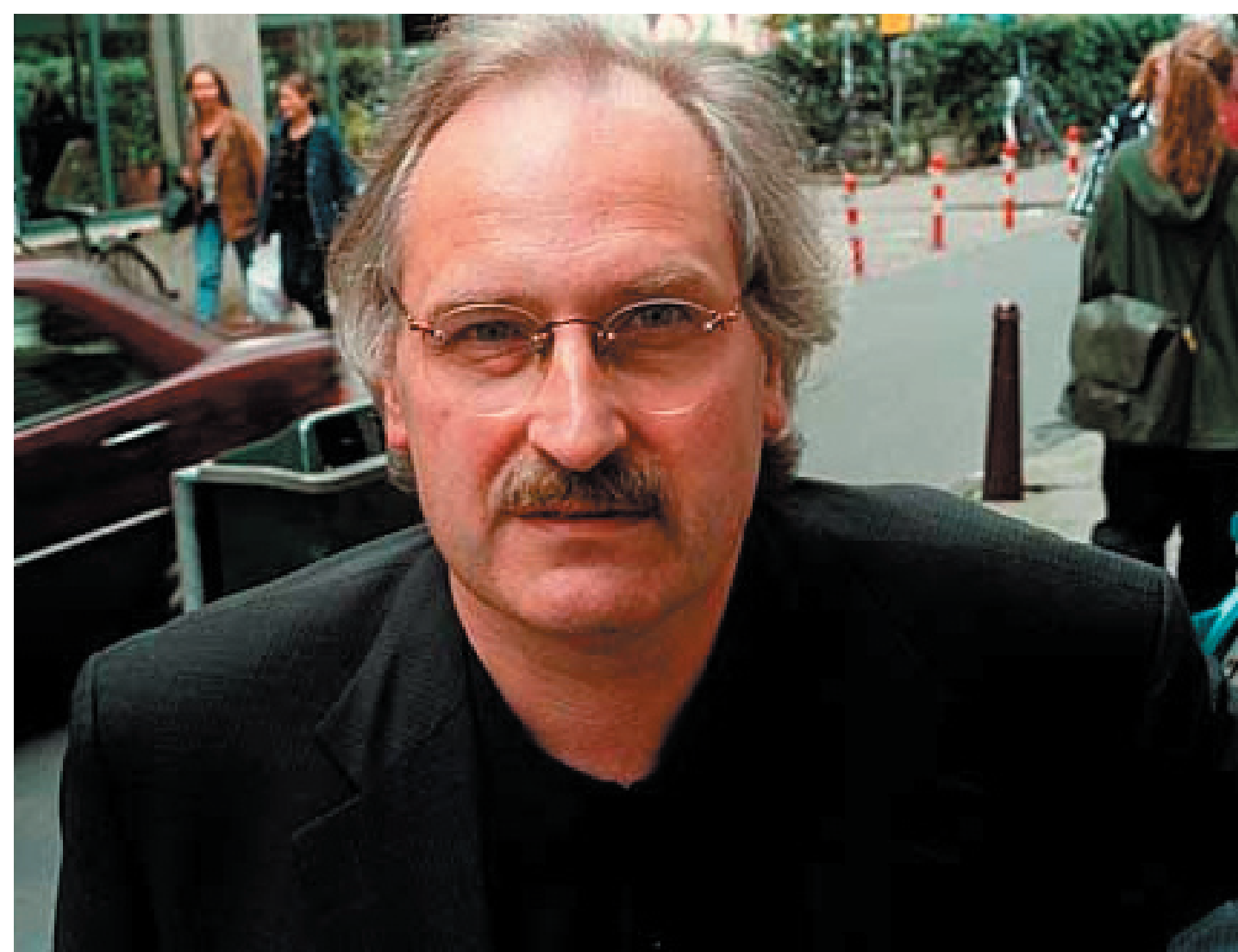
Tratando-se de uma pesquisa teórica, o método utilizado consistiu na leitura crítica e análise imanente dos textos de Nancy Fraser e Axel Honneth ao longo de suas respectivas produções relacionadas com a discussão entre redistribuição e reconhecimento, principalmente o livro escrito em conjunto pelos dois, *Redistribution or Recognition? A political-philosophical exchange*. O resultado foi analisado através da esquematização das teorias do reconhecimento elaboradas por Axel Honneth e por Nancy Fraser.



## Resultados:

Axel Honneth:

- Propõe um ‘monismo normativo’ do reconhecimento. O reconhecimento é a categoria moral fundamental, e a distribuição é tratada como derivativa.
- Há três esferas distintas de interação e cada qual implica num tipo de reconhecimento: a do amor, conjunto de relações primárias forjadas por fortes ligações emotivas entre as pessoas, a do direito e a da solidariedade.
- Cada esfera implica numa forma diferente de auto-relação individual, respectivamente, autoconfiança, auto-respeito e auto-estima. Ao as experienciarem os indivíduos passam a se conceber como autônomos e individuados, identificados com seus objetivos e desejos.
- As ofensas que constituem o desrespeito causam reações emocionais que podem servir de base motivacional afetiva na qual está fundada a luta por reconhecimento. Quando é possível a articulação em movimentos sociais, a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política.
- O ponto final hipotético de uma ampliação das relações de reconhecimento seria, segundo Honneth, uma “concepção formal de vida boa ou, mais precisamente, de eticidade”. Honneth chama a atenção de que não é função dos filósofos desenvolverem tais inovações conceituais. “Pessoas afetadas por essas condições fizeram elas próprias uso inovador de tais críticas conceituais”.



Nancy Fraser:

- Proposta de uma análise ‘perspectivo-dualista’ que elenca tanto a categoria de reconhecimento quanto a de redistribuição como co-fundamentais. Todos os casos de subordinação podem ser tratados como “bi-dimensionais”, pois virtualmente todos implicam tanto em má-distribuição quanto em não-reconhecimento de forma que cada injustiça tenha peso independente, qualquer que seja suas raízes últimas.
- Desenvolve sua concepção de justiça ‘bi-dimensional’, que abrange demandas de ambos os tipos sem reduzir uma a outra. Somente desse modo seria possível, segundo Fraser, a imbricação de desigualdade de classe e hierarquia de ‘status’ na sociedade contemporânea.
- Modelo de status de reconhecimento : não ser reconhecido implica na existência de modelos institucionalizados de valores culturais (que regulam a interação social) que não permitem a participação de um sujeito ou grupo como igual na vida social.
- Conceito de paridade de participação: os indivíduos devem estar “em pé de igualdade”. Para que isso aconteça, duas condições devem ser atendidas: a condição objetiva, que é o acesso igualitário aos recursos materiais de forma que estes garantam que os participantes tenham independência e “voz”, e a condição intersubjetiva, que é a oportunidade igual para todos de atingir estima social através de modelos institucionalizados de valores culturais que expressem e garantam igual respeito por todos os participantes.
- Fornece conceitos e ferramentas teóricas (como o dualismo perspectivo e a estratégia de reforma não-reformista, além dos já citados anteriormente), através dos quais seria possível elaborar um projeto prático de integração entre redistribuição e reconhecimento visando o alcance de justiça para todos.



## Conclusões:

A psicologia social de George Mead, usada por Honneth para conseguir elaborar uma teoria normativa gera certa desconfiança, pois implica em um nível pré-político de relações, o que torna sua teoria mais abstrata e menos visualizável na prática, abrindo dessa maneira brechas para as mais diversas contestações sobre sua validade.

É notável o esforço feito por Honneth ao abordar as injúrias sofridas pelos indivíduos, indicando de que forma isso o prejudica enquanto parceiro de interação, e como isto pode motivar os sujeitos a lutarem contra a diminuição de seu valor e contribuição à sociedade. É óbvio que antes de surgir movimentos sociais formalmente organizados e com pleno domínio dos meios políticos de comunicação e negociação, há em princípio indivíduos cuja identidade lesada impulsiona-os a manifestarem-se, podendo então encontrar outros que sofrem com as mesmas injúrias.

No entanto, é fato que Fraser está muito mais disposta a abordar a realidade das manifestações por reconhecimento. Honneth permanece mais preso a teoria, e é bem possível que isso se dê por causa do seu principal objeto de estudo, que se desenvolve no interior do indivíduo, tendo em vista que diz respeito a emoções e sentimentos desenvolvidos através das relações intersubjetivas.

Parece-me que Fraser obtém certo sucesso ao propor um modelo que tenta articular as dimensões do reconhecimento e da redistribuição, na medida em que realmente evita a dicotomia entre cultura e economia. Embora apresente dificuldade em especificar as conexões entre as duas dimensões, consegue fornecer, com muita propriedade, linhas normativas para ações políticas que visem uma sociedade mais justa e adequada para todos.

Para mim, os autores podem se complementar na medida em que a proposta de Fraser de deliberações democráticas e dialógicas devem pressupor identidades intactas, tais como defendidas por Honneth.

A tarefa que agora cabe aos herdeiros desta teoria é, a partir da sistematização, acessar tais ferramentas de modo a interpretar a realidade da qual fazemos parte. Não há dúvidas de que a Teoria Social Crítica apresentada neste trabalho tem muito a oferecer aos cientistas sociais e demais interessados em apreender a atual configuração social.